PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2021

PARECER JURÍDICO Nº: 006PJ/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) OU JURÍDICA(S) PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DE INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS - MA

VALOR GLOBAL: R$ 17.427,15 (DEZESSETE MIL, QUATROCENTOS E VINTE E SETE REAIS E QUINZE CENTAVOS)

BASE LEGAL Nº Art. 24, II da Lei 8666/93

Análise Jurídica formal sobre o processo de dispensa de licitação para contratação de pessoa(s) física(a) ou jurídica (s), para o fornecimento de materiais de expediente para a Câmara Municipal de Lima Campos – MA., pelo valor global de R$ 17.427,15 (dezessete mil, quatrocentos e vinte e sete reais e quinze centavos) e análise jurídica formal sobre a minuta do contrato.

I – RESUMO

A Comissão Central de Licitação da Câmara Municipal de Lima Campos/MA, enviou a esta assessoria jurídica o Processo de Dispensa de Licitação nº 006/2021, que tem como objeto a contratação direta com dispensa de licitação as empresas D. B. MOTA – COMERCIO - EPP , inscrita no CNPJ nº 07.255.012/0001-06 pelo valor total de R$ 11.185,65 (onze mil cento e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) e RAFAEL PEREIRA SOUSA 04164797312, inscrita no CNPJ sob o nº 23.621.480/0001-03 pelo valor de R$ 6.241,50 (seis mil, duzentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos) para o fornecimento de material de expediente para a Câmara Municipal de Lima Campos – MA., pelo valor global de R$ 17.427,15 (dezessete mil,

quatrocentos e vinte e sete reais e quinze centavos), com fulcro no art. 24, II da Lei 8666/93, para emissão de parecer.

Eis os fatos mais relevantes.

II – PARECER

A licitação nos contratos é a regra, porém a Lei 8.666/93 apresenta situações especiais em que poderá haver a dispensa da licitação nas contratações feitas pela Administração Pública.

Como toda regra tem sua exceção, o Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei.

A respeito do procedimento de dispensa de licitação, este configura-se como uma possibilidade de celebração direta de contrato entre a Administração e o particular, nos casos estabelecidos no art. 24, da Lei 8.666/93.

O art. 24 da Lei 8666/93 enumerou expressamente as hipóteses de dispensa de licitação, sendo este rol taxativo.

Ora o inciso II do referido art. 24 da Lei 8666/93, ampara e justifica a contratação direta por dispensa de licitação, para compras e outros serviços de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior (art. 23), conforme delineado abaixo:

> **Art. 24. É dispensável a licitação:**
>
> **(...)**
>
> **II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que**

não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

A previsão legal acima mencionada, ampara a contratação pleiteada no processo em epígrafe, posto ter o valor da pretendida contratação, importado em R$ 17.427,15 (dezessete mil, quatrocentos e vinte e sete reais e quinze centavos).

No tocante a minuta do contrato, esta atende ao disposto previsto no art. 55 da Lei 8666/93.

Desta feita, **OPINO**, pela contratação direta com dispensa de licitação as empresas D. B. MOTA – COMERCIO - EPP , inscrita no CNPJ nº 07.255.012/0001-06 pelo valor total de R$ 11.185,65 (onze mil cento e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) e RAFAEL PEREIRA SOUSA 04164797312, inscrita no CNPJ sob o nº 23.621.480/0001-03 pelo valor de R$ 6.241,50 (seis mil, duzentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos) para o fornecimento de material de expediente para a Câmara Municipal de Lima Campos – MA., pelo valor global de R$ 17.427,15 (dezessete mil, quatrocentos e vinte e sete reais e quinze centavos),, com fulcro no art. 24, II da Lei 8666/93.

É O PARECER.

Lima Campos, MA, em 03 de fevereiro de 2021.

Gabrielly Silva Pessoa

GABRIELLY SILVA PESSOA
OAB/MA 17.976
ASSESSORA JURÍDICA